



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

DISCURSO PRONUNCIADO PELO
PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS,
POR OCASIÃO DO SEGUNDO
ANIVERSÁRIO DA CONSAGRA-
DORA JORNADA ELEITORAL DE
OUTUBRO DE 1950

3 — 10 — 1952

O BALANÇO DE UM ANO DE FECUNDAS ATIVIDADES

Brasileiros :

Na passagem do segundo ano da memorável batalha eleitoral, que me reconduziu à magistratura suprema do país, posso dizer-vos, de ânimo tranqüilo, que venho cumprindo o meu dever, não poupando esforços para corresponder à confiança que em mim depositastes.

Problemas básicos da nossa economia, de que dependem a própria sobrevivência da Nação e a sua emancipação econômica, estão sendo atacados com energia e perseverança, como nunca o foram noutras épocas.

Em várias ocasiões vos tenho falado, pormenorizadamente, nesses problemas, entre os quais avultam o carvão, o petróleo, a siderurgia, o reaparelhamento dos portos, o reequipamento ferroviário, a reforma agrária, a reestruturação do sistema bancário, o aperfeiçoamento da legislação social, a construção intensiva de casas populares, o plano nacional de energia elétrica, a criação de indústrias matrizes, a abertura de estradas, a construção de armazéns, silos e frigoríficos para o abastecimento do povo, e tantos outros.

E em comemoração a data de hoje, ordenei que se iniciasse a execução de um grande programa de realizações, que deverá estar em parte concluído dentro de dois anos.

No setor ferroviário, inauguram-se várias obras de renovação de linhas e de equipamento, abrangendo nada menos de 11 estradas de ferro administradas ou subvencionadas pela União, envolvendo despesas superiores a 90 milhões de dólares e a 4 bilhões e

700 milhões de cruzeiros. A Estrada de Ferro Leopoldina, a Noroeste do Brasil, a de Goiás, a Central do Brasil, a Rêde Mineira de Viação, a Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina e a Rêde de Viação Cearense figuram entre as mais beneficiadas pelo plano.

Além disso, estão em adiantados estudos, para terem início ainda êste ano, diversas obras de remodelação das estradas de ferro Noroeste, Leste Brasileiro, Bitola estreita da Central, Companhia Mogiana, Araraquara, Sorocabana, Vitória a Minas, Viação Férrea de Rio Grande do Sul e outras, perfazendo, no prazo de 5 anos, um montante de investimento superior a 65 milhxes de dólares e a 3 bilhões e 200 milhões de cruzeiros.

No setor da energia elétrica, inicia-se a instalação de mais 183.000 Kolowatts no Rio Grande do Sul, com uma inversão de 25 milhões de dólares e 1 bilhão de cruzeiros. E' um dos pontos do programa de eletrificação da terra riograndense. Serão instalados mais 60.000 kilowatts em São Francisco, com uma inversão de 8 milhões e 500 mil dólares e 120 milhões de cruzeiros. A Ccmpanhia Nacional de Energia Elétrica e a Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande instalarão mais 34.000 kilowatts, com uma inversão de cêrca de 7 milhões de dólares e 200 milhões de cruzeiros.

Inicia-se em São Paulo a construção da Usina do Salto Grande, com 60.000 kilowatts. Tôdas as capitais do Nordeste servidas pelas Emprêsas Elétricas Brasileiras serão beneficiadas ocm um aumento de instalações, que também hoje principia, para atender as necessidades urbanas e de produção de força industrial, estimando-se um novo suprimento de energia numa base de potência instalada de 175.000 kilowatts, com uma inversão de 41 milhões de dólares e um bilhão de cruzeiros.

Para atender a zona do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro, a Brazilian Traction recebeu novo financiamento, garantido pelo Govêrno, e intensificará as obras, sob nossa fiscalização, aumentando de mais 160.000 kilowatts a potência instalada. Nessas obras serão invertidas 18 milhões de dólares e 316 milhões de cruzeiros. Já está sendo providenciado um aumento de mais

de 12.000 kilowatts em Macabú, no valor de 3 e meio milhões de dólares.

Estão em organização, para terem início no princípio do ano, os programas de Rio Pardo, com 75.000 kilowatts, Juquiá, com 45.000 kilowatts, Mato Grossense, com 10.500 kilowatts, e os dois planos do Estado do Paraná, com 62.500 kilowatts, e Santa Catarina, com 26.000 kilowatts. Também já estão em curso os trabalhos da Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce, que instalará 50.000 HP.

O total dos investimentos a serem feitos em energia elétrica, nos próximos 5 anos, sobe a cerca de 163 milhões de dólares e 5 bilhões de cruzeiros.

Iniciou-se a dragagem dos portos do Rio de Janeiro, Belém, Natal e Fortaleza, e obras portuárias diversas, inclusive ampliação de cais, deverão estar concluídas nos próximos três anos, beneficiando os portos de Ilhéus, Aracajú, Santos, Maceió, Recife, Rio de Janeiro, Belém, Natal, Itajai, Macuripe, Vitória, Paranaguá, São Francisco, Porto Alegre, Pelotas, Imbituba. O plano de reequipamento de portos, construção de novos cais e extensão dos serviços portuários já foi orçado em cerca de 3 bilhões de cruzeiros e está em pleno curso.

Vamos construir também o porto de Itacuruçá, com um serviço especializado para minérios, aliviando a pesada carga da Central do Brasil e facilitando o desenvolvimento de toda a região central.

Para atender às necessidades de reequipamento rodoviário dos Estados, já se iniciaram os acordos financeiros para a compra de 15 milhões de dólares de maquinismos.

Ao mesmo tempo, enfrenta o Governo o programa agro-pecuário, com a organização de um serviço de colonização racional, cuja estrutura se ajusta através de uma comissão recentemente criada, enquanto não se aparelha o Executivo com a nova lei em curso no Parlamento.

O sistema de silos e frigoríficos, cujos projetos já estão elaborados e cujas concorrências serão abertas dentro de poucos dias, absorverá cerca de 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros, ficando

o Brasil aparelhado para enfrentar os períodos de entre-safras, dar escoamento à produção e assegurar aos produtores preços razoáveis, ao mesmo tempo que se permitirá o controle sobre a especulação em larga escala, causadora da desordem da nossa economia e do nosso sistema financeiro.

Para a mecanização da lavoura já foram obtidos 23 milhões de dólares de equipamentos, que serão colocados por preços de custo à disposição de todos os lavradores do Brasil, com pagamento módicos, financiando-se essa operação através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Encetamos também, a renovação da nossa marinha mercante, com a estruturação de um serviço eficiente de longo curso e de cabotagem e construção naval, dentro de um plano que custará cerca de 650 milhões de cruzeiros.

Adotamos por princípio só adquirir no estrangeiro o que a indústria brasileira não puder fornecer. Por isso mesmo, Volta Redonda começa hoje a sua terceira fase, devendo, no prazo de 3 anos, alcançar a produção de um milhão de toneladas de aço por ano.

Em seu conjunto, esse largo programa de realização exigirá investimentos no total de 40 bilhões de cruzeiros, dentro dos próximos 5 anos, devendo aplicar-se nada menos de 28 bilhões nos primeiros 2 anos, que constituirão a primeira fase.

Além desses investimentos, destinados à reorganização da nossa economia, empregaremos todas as nossas energias na solução do problema do petróleo, onde cerca de 10 bilhões de cruzeiros serão aplicados em pesquisas e na produção desse combustível, indispensável à nossa existência. Dentro de pouco tempo, estaremos produzindo, refinando e transportando um terço das necessidades nacionais.

Entretanto, para que nos seja possível levar avante todos esses empreendimentos, que são de relevante importância para o bem-estar e a felicidade da Nação, para conduzir de frente tantas tarefas de grande vulto que estão a reclamar os esforços da administração, é indispensável e inadiável que esta seja provida de

uma estrutura condizente com a extensão e a complexidade dos problemas que reclamam à cada hora e iniciativa e a ação governamentais. Desejo hoje, com particular insistência, chamar a atenção de todos os brasileiros, e de todos os setores da opinião pública, para a necessidade de uma extensa remodelação dos instrumentos do Estado, de modo a dar-lhes maior mobilidade, flexibilidade e eficiência no interesse do país e ao serviço do povo.

A estrutura administrativa de que dispomos data de uma época inteiramente diversa da realidade complexa e mutável que hoje vivemos, e não acompanhou o curso dos tempos de modo a adaptar-se às condições agora prevalentes. A pressão das necessidades e a emergência dos problemas foram forçando o Governo à criação de toda uma série de novos órgãos administrativos, que precisavam gozar de autonomia para a presteza das soluções. Hoje em dia, só os órgãos subordinados diretamente à Presidência da República alcançam quase o número de 150, que correspondem a outras tantas atividades novas do Estado, ou exprimem a necessidade imperiosa da expansão dessas atividades em um campo determinado. Impõe-se, portanto, uma revisão cuidadosa da estrutura desses órgãos, de modo a englobá-los em um plano geral de Governo, articular os seus esforços em uma direção comum, entrozá-los em um conjunto sistematizado, corrigir enfim os defeitos que inevitavelmente provêm da dispersão e da fragmentação.

Não é somente, aliás, a proliferação dos Conselhos, Comissões e Autarquias que precisamos disciplinar e coordenar, dentro da submissão a objetivos definidos e a diretrizes comuns; é no Serviço Público em geral, considerado em todos os seus escalões e em todos os seus ramos, que se impõe uma remodelação profunda, tanto na estrutura orgânica como nos métodos de trabalho. Em todos os setores, apesar da dedicação e da operosidade da maioria dos servidores, uma anacrônica maquinária burocrática e métodos de trabalho já obsoletos estão a retardar e a comprometer, pela sua reduzida eficiência, o esforço de recuperação nacional, protelando a execução de projetos de relevante interesse público e cerceando a cada passo a ação do Governo. Governar é sobretudo administrar; é através da administração que o povo sente os

benéficos efeitos da atividade governamental, assim como, inversamente, as iniciativas do Governo podem ser frustradas pela inércia ou pelo entorpecimento de serviços públicos mal organizados e ineficientes.

A duplicação de serviços, as competições paralizantes, o desperdício dos recursos da receita pública, tudo está a impôr uma reforma que consolide as atividades e as funções de natureza similar na mesma fôrça de autoridade e na mesma unidade de objetivos. A Nação paga um onus pesado por essa falta de ordem administrativa, e o povo já manifesta a impaciência e a descrença que o assaltam ante as delongas, a morosidade e a ineficiência do aparelhamento governamental.

A criação de novos Ministérios, pelo desdobramento dos atuais e a incorporação de órgãos autônomos, com a redistribuição e coordenação de serviços e funções correlatos, descentralizando e descongestionando a administração, racionalizando os métodos de trabalho e simplificando a ação governamental, é medida que se impõe e já vem sendo seguida nos demais países para o indispensável ajustamento às necessidades atuais. E se fará a renovação do Governo, sem objetivos pessoais.

Dirijo-me nesta hora aos chefes e representantes dos diferentes partidos em que se divide a opinião nacional, para que conjuguem os seus esforços com os do Governo e lhe tragam sua ajuda esclarecida, no sentido de dotarmos o país de um aparelhamento administrativo capaz de arcar eficientemente com as suas responsabilidades. Deve ser êsse o objetivo do nosso esforço, bem como eliminar tôda duplicação de atividades, coordenar os órgãos de funções correlatas, suprimir os redundantes, definir com precisão a competência e as atividades de cada departamento e conjugar as de todos êles num conjunto harmônico e bem articulado, dentro de uma estrutura simplificada, flexível e capaz de assegurar a unidade e rapidez da ação governamental, em todos os setores.

Desejo, por isso, a colaboração de tôdas as fôrças representativas da vida nacional e faço daqui um apelo sincero para que tôdas compreendam o que isto significará de benefícios para a

nossa pátria e se disponham a realizar um esforço comum para êsse fim.

A data de hoje nos recorda, a vinte anos de intervalo, dois acontecimentos marcantes da história da Nação, duas fases de relevante importância na evolução política do país e no progresso do Povo brasileiro no sentido de sua emancipação.

A Revolução de 1930 surgiu como imposição das armas, levada a efeito por uma insurreição popular, como supremo recurso à força para conquistar direitos violentamente denegados à Nação, desde que as condições da época não permitiam a livre e pacífica expressão da vontade do povo, sistematicamente fraudada pelo caciquismo dominante.

Vinte anos volvidos, o 3 de outubro de 1950 consagrava o triunfo de condições profundamente diferentes. Não somente a democracia está definitivamente consolidada entre nós, como ainda o povo atingiu a sua maturidade política, e se demonstrou plenamente capaz de exercer, com discernimento e segurança, o poder-soberano. Não há mais clima para aventuras, nem para aquelas intermitentes agitações que fizeram por tanto tempo a triste celebridade do nosso Continente.

Agora que atingimos enfim a serena estabilidade das Nações plenamente evoluídas em sua consciência e capacidade cívicas, urge dissipar definitivamente esta atmosfera de suspeição, de intriga e de exploração, que só pode existir como produto de uma fantasia irrequieta. Afugentando os temores estereis, precisamos consolidar a união nacional, desviar-nos resolutamente das dissensões subalternas e do jogo das paixões para nos consagrarmos às tarefas que os superiores interesses nacionais estão a exigir de nós.

E' dever dos homens que militam em todos os setores da vida pública, em tôdas as esferas do Governo, em tôdas as agremiações partidárias, dedicar os seus esforços ao bem do Povo, cujas necessidades e padecimentos clamam imperiosamente por medidas de salvação. Ninguém tem o direito de recusar o seu esforço, nem de decepcionar o Povo, cujo desespero poderá fazê-lo sucumbir ao perigoso apelo dos extremismos se perder a confiança nos dirigentes e nos mandatários que escolheu em um pleito livre.

Apelo, portanto, para todos os homens públicos, sem distinção de partido ou côr política, para que coloquemos os nossos esforços a serviço do bem geral dentro de um clima de harmonia e compreensão ao qual a minha pessoa jamais será obstáculo.

Não quero governar sem oposição, porque entendo que sem a crítica livre não há democracia. Não pretendo o silêncio, e muito menos a omissão. Mas assim como o Govêrno tem deveres, a oposição também tem responsabilidades. O dever de fiscalização — exercido pelas organizações partidárias não impede, sem dúvida, as atitudes políticas de colaboração e entendimento, em face dos problemas nacionais e dos interesses da coletividade. Colaboração não implica em servidão, nem importa em abdicação.

Espero, portanto, para a grande tarefa da reforma administrativa em que estamos empenhados, contar com as luzes, a cooperação, o concurso e a experiência das grandes fôrças políticas de âmbito nacional, porque o Govêrno não pode ser concebido como a posse de alguns e sim como o bem de todos. No seu infalível sentido de justiça o povo não esquece aquilo que fazemos em seu benefício ou em seu prejuízo.

Brasileiros :

Que a data de hoje assinale o ponto inicial de uma era mais fecunda e mais gloriosa: de uma era de concórdia e de harmonia, dentro da qual todos os brasileiros, movidos pelo mesmo ideal patriótico, animados pelo espírito verdadeiro da democracia, abdicuem de rancores e rivalidade para consagrar ao bem geral o funcionamento das instituições representativas.

Cheio de fé e de confiança do futuro de nossa Pátria, concito hoje todos os brasileiros a mais um esforço de bôa vontade e de união. Limpos os corações de ressentimentos e temores, consagramos ao bem da Pátria, para que triunfe das dificuldades da hora presente, a plena medida das nossas energias e das nossas vontades.